

Pesca na região de Porto Grande

Extração de ouro gera disputas em Porto Grande (AP)

DATA DE EDIÇÃO
19/12/2012

MUNICÍPIOS
AP - Porto Grande

LATITUDE
0,301

LONGITUDE
-51,715

SÍNTESE

Na comunidade do Vila Nova, município amapaense de Porto Grande, a exploração de ouro vem gerando conflitos entre a empresa Mineração Pedra Branca do Amapari Ltda. (MPBA), e a Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Vila Nova (Copgavin). A exploração gerou impactos socioambientais, agravados com a exploração de ferro e torianita, cuja extração, transporte e armazenamento são feitos clandestinamente.

APRESENTAÇÃO DE CASO

O Estado do Amapá é um dos mais novos do Brasil, entretanto com conflitos rurais antigos que remontam tanto ao período de Território Federal do Amapá, quanto de sua estadualização [a partir de 1988]. O uso que se deu ao território provocou uma configuração do espaço amapaense marcada por conflitos socioambientais envolvendo mineradores, garimpeiros, latifundiários, fazendeiros, seringueiros, agricultores e indígenas (TORRINHA, 2006).

É o que se evidencia, por exemplo, na comunidade do Vila Nova, no município de Porto Grande, que vive um processo de degradação ambiental. A detentora dos direitos minerários na região é a Mineração Pedra Branca do Amapari Ltda. (MPBA) (TORRINHA, 2006), mas a empresa se encontrou, por longa data, impedida de ingressar na área para realização de suas atividades em face da resistência imposta pelos garimpeiros que exploravam ouro ilegalmente na localidade (DNPM, 2005).

Com 4.402 km² e 16.825 habitantes (IBGE, 2010), o município de Porto Grande localiza-se na área geoeconômica central do estado do Amapá (PORTO; BRITO, 2005), a 103 km da capital Macapá. Limita-se, a norte e a leste, com Ferreira Gomes; ao sul, com Macapá, Mazagão e Santana; e a oeste, com Pedra Branca do Amapari (RODRIGUES, 2010).



Localização do município de Porto Grande

O centro amapaense possui os maiores índices demográficos e a maior urbanização do estado (PORTO, 2003 apud PORTO; BRITO, 2005). Sua economia baseou-se na extração mineral a partir da década de 1950, com o garimpo da cassiterita no período de 1951 a 1966 (ANDRADE, 1989 apud PORTO; BRITO, 2005) e com a exploração manganesífera pela Icomi – Indústria e Comércio de Minérios (1957-1997). Após a década de 1970, indústrias de transformação foram implantadas, sendo algumas dessas instaladas na década seguinte, com a implantação do Distrito Industrial em Santana. No início da década de 1990, foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, estimulando a comercialização de produtos importados (PORTO; BRITO, 2005).

A cava principal do garimpo Vila Nova, com mais de 30 metros de profundidade, assemelha-se à do garimpo de Serra Pelada, no sul do Pará, hoje inativo. A pobreza se espalha por toda a área, onde se amontoam barracos cobertos de lona preta. Não há água tratada e nem esgoto. Há algumas casas comerciais e açougues, onde carnes são expostas ao ar livre, sem qualquer fiscalização sanitária (BRASILIENSE, 2005).

Muitos depósitos minerais de diferentes tipos foram descobertos e explorados na área do Vila Nova: depósitos de ouro, vários corpos de cromitito estratiforme e depósitos de minério de ferro, além de ocorrências e garimpos de tantalita e diamante, todos localizados 90 km a sudeste dos depósitos de manganês de Serra do Navio (SPIER; FERREIRA FILHO, 1999).

Os trabalhos de prospecção mineral na área tiveram início em 1972, quando foram realizados levantamentos geológicos e geoquímicos, em escala regional, que permitiram identificar anomalias geoquímicas para cromo. Em 1983, foram iniciados os trabalhos de semidetalhamento, envolvendo novamente mapeamento geológico e geoquímico, quando foram identificadas também anomalias para ouro (SPIER; FERREIRA FILHO, 1999).

Os trabalhos de semidetalhamento para ouro mostraram que as maiores dispersões do metal estavam localizadas nos solos provenientes da alteração de litotipos do Grupo Vila Nova. Foram selecionados dois alvos, denominados Santa Maria e Vicente, onde foram realizados, respectivamente, 3.395 e 3.500 metros de sondagem, resultando na descoberta de dois depósitos de ouro com reservas preliminares de 1.100 kg (Depósito Santa Maria) e 2.500 kg (Mina do Vicente) (FERNANDES et al. 1987,1989 apud SPIER; FERREIRA FILHO, 1999).

Já os depósitos de minério de ferro são conhecidos desde 1947, quando a Hanna Exploration Corporation realizou uma campanha de sondagem, visando quantificar e qualificar as ocorrências de ferro da região. Na ocasião, foram feitos 1.716 m de sondagem, que permitiram a definição de quatro jazidas, denominadas Bacabal, Leão, Santa Maria e Baixo Grande (SPIER; FERREIRA FILHO, 1999).

Além da Mineração Pedra Branca do Amapari, também atua na região a Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Vila Nova (Copgavin), que lavrava ouro de forma irregular, em Vila Nova, sem licença ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (Sema), nem concessão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (SIMÕES, 2009).

Essa garimpagem ilegal gerou uma série de conflitos com as empresas estabelecidas na localidade e agravou os problemas ambientais. Além do desmatamento e do desbarrancamento das margens dos cursos d'água, a extração de ouro ocasionou a contaminação por mercúrio - utilizado na recuperação do ouro - e cianeto. O problema é agravado pela baixa tecnologia empregada pela maioria dos garimpeiros (DOMINGUES, 2004).

Uma barragem de rejeitos foi montada pelos garimpeiros à margem esquerda do rio Vila Nova, para contenção da lama oriunda dos serviços de desmonte hidráulico dos barrancos de terra em busca do ouro. Com o rompimento da barragem, milhares de toneladas de rejeitos do garimpo seriam despejadas no rio Vila Nova, afluente direto do rio Amazonas, e que corre a menos de 600 m do garimpo. Em uma das barragens de contenção, os garimpeiros escavaram um sangradouro, permitindo que a água contaminada com mercúrio escoasse diretamente para o rio Vila Nova, aumentando o risco de acidente ambiental. Relatos de pescadores da região sinalizam que o rio, naquela região, há muito não tem sinais de vida. Os peixes sumiram (BRASILIENSE, 2005).

Para agravar o problema, após fortes chuvas que ocorreram em Santa Maria, na região aurífera do Vila Nova, vieram à tona, numa área de 4 mil hectares pertencentes à MPBA, centenas de tambores contendo cianeto de sódio. Supõe-se que tenham sido enterrados pelas empresas mineradoras que estiveram na região até 1996. Corroídos pela ferrugem, os tambores se romperam, e o cianeto escorreu, atingindo o leito do rio. Além do desaparecimento de peixes, houve a morte repentina de pessoas que habitavam o garimpo e os arredores (DOMINGUES, 2004).

Em 1996, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) suspendeu a licença de operação da MPBA, que então abandonou tudo, sem retirar o veneno da área de forma correta. A Secretaria do Meio Ambiente constatou a contaminação em 1999 e expediu laudo de dano ambiental, que apontava contaminação por cianeto em valores 20 vezes acima do permitido para consumo humano. Alguns poucos miligramas de cianeto por litro são suficientes para causar a morte de certas espécies de peixes em menos de uma hora, por ser extremamente tóxico (DOMINGUES, 2004).



Vista parcial do município

Em 2002, o controle acionário total da Mineração Pedra Branca do Amapari foi assumido pela DSI Mineração, empresa que tem sede em Belo Horizonte (MG). Reestruturada, a MPBA teve sua situação regularizada nos órgãos estaduais e federais e retomou suas ações em Porto Grande. Com a reativação do empreendimento, a mineradora pretendia aproveitar o potencial minerário da área e, por isso, firmou parceria com a canadense Eldorado Gold Corporation, que atua em Minas Gerais desde o início da década de 1990, através da São Bento Mineração S/A, na unidade de produção de ouro em Santa Bárbara. No Estado do Amapá, a Eldorado atua desde o início de 2004, nas localidades de

Tartarugalzinho e Cassiporé, onde realiza trabalhos de pesquisa de minério de ouro (AMAZÔNIA BRASIL, 2005).

A associação entre a Mineração Pedra Branca do Amapari e a Eldorado Gold Corporation visava à reavaliação das reservas de ouro e à implantação de unidade de produção do metal, cujos investimentos necessários foram estimados em aproximadamente US$ 70 milhões. A unidade projetada previa a geração de cerca de 1.200 empregos diretos, além de arrecadação de impostos que beneficiariam o estado e os municípios de Mazagão e Porto Grande (AMAZÔNIA BRASIL, 2005).

No entanto, a mineradora enfrentou obstáculos na relação com os garimpeiros. A briga pelas terras entre garimpeiros da região e as empresas de mineração vem se arrastando desde 1999, quando o local, até então sem qualquer registro de titulação, começou a ser demarcado por 14 empresas, sendo seis mineradoras. Licenças e autorizações para exploração de minério na região foram concedidas aos empresários e, a partir daí, começaram os conflitos entre os titulares das terras e os garimpeiros que já atuavam na área desde 1935 (MUNIZ, 2008).

Em 2005, o risco de um desastre ecológico, com o rompimento das barragens de contenção do garimpo Vila Nova, levou o DNPM a pedir à Polícia Federal a imediata suspensão das atividades garimpeiras na região. Em ofício encaminhado ao superintendente da Polícia Federal no Amapá, o DNPM alertou para o fato de o garimpo funcionar de forma ilegal e sem qualquer preocupação com o meio ambiente (BRASILIENSE, 2005).

No relatório técnico denominado “Operação Condor”, de 13 de fevereiro de 2004, técnicos da Sema já haviam alertado para os riscos de um desastre ecológico. De acordo com o relatório, constatou-se o despejo de produtos tóxicos diretamente em um córrego que adentra o Rio Vila Nova, entre eles o mercúrio, como também a construção irregular de uma barragem que estaria causando risco iminente à saúde pública, bem como à fauna e flora aquáticas (BRASILIENSE, 2005).

O relatório “Operação Condor” ressaltava, ainda, que, diante do iminente risco à natureza e devido às condições irregulares do garimpo, este deveria ser interditado, o que ocorreu em 13 de junho de 2005. Mas os garimpeiros continuaram a atuar na área, utilizando jatos d’água para desmanche dos barrancos. Em 23 de junho do mesmo ano, a Copgavin foi autuada pela Sema por prosseguir com o funcionamento da atividade poluidora/degradadora sem obter a licença do órgão ambiental competente e, mesmo assim, continuou suas atividades. A cooperativa exigia R$ 9 milhões para abandonar a área e entregá-la à mineradora detentora dos direitos de lavra (BRASILIENSE, 2005).

Numa audiência ocorrida em setembro de 2005, os garimpeiros concordaram que a Mineração Pedra Branca do Amapari entrasse na área para fazer recuperação e iniciasse a pesquisa de prospecção para verificar o potencial minerário, mas voltaram a impedir a entrada dos técnicos com a proximidade de uma nova audiência, em novembro do mesmo ano. Cabe ressaltar que os garimpeiros da área não aceitaram a proposta da Mineração Amapari de aproveitá-los como mão de obra da empresa (AMAZÔNIA BRASIL, 2005).

No final de setembro, a Mineração Amapari protocolou no Ministério Público Federal, na Secretaria do Meio Ambiente e no DNPM denúncia para prevenção de seus direitos e responsabilidades, tendo em vista a extensão dos danos ambientais que poderiam ser causados pelo rompimento da barragem. A empresa pretendia se eximir das responsabilidades de ter que reparar o dano ambiental de dimensões imprevisíveis caso a barragem de rejeitos do garimpo viesse a se romper (BRASILIENSE, 2005).

O impasse durou até 2008, quando integrantes da cooperativa e representantes da Mineração Amapari participaram de uma audiência de conciliação, selando um acordo sobre a exploração de ouro na região. A Mineração Amapari doou à cooperativa uma área de aproximadamente 600 hectares para ser explorada tanto no setor de garimpagem quanto na agricultura (MUNIZ, 2008).

O acordo, além de acabar com os conflitos que existiam entre garimpeiros e empresários, possibilitaria aos trabalhadores da região efetivar o processo de regularização da área. A cooperativa foi a segunda a se regularizar no Amapá e uma das poucas a adquirir autorização para exploração de garimpo na região Amazônica. O acordo previa, ainda, a recuperação de danos causados ao meio ambiente por parte de ambos os empreendimentos, tanto a empresa quanto a cooperativa (MUNIZ, 2008).

Também, em 2008, a Eldorado Gold Corporation anunciou a implantação do projeto Vila Nova, com produção de 900 mil toneladas/ano de minério de ferro granulado e fino para sinterização, por um período de nove anos. Para isto, a empresa deverá investir cerca de US$ 39 milhões no empreendimento, que tem participação de 25% da Mineração Amapari. A empresa também informou que assinou um memorando de entendimentos com a BHP Billiton [maior empresa de mineração do mundo] visando à venda futura do minério de Vila Nova. Pelos termos do memorando, a BHP se comprometeu a adquirir 100% da produção durante os três anos seguintes. A expectativa da Eldorado era conseguir um custo de produção de US$ 39 por tonelada, o que lhe garantiria uma boa rentabilidade, já que o minério pode ser comercializado a US$ 76/tonelada FOB [entregue em portos] (BRASIL MINERAL, 2008).

Em novembro de 2010, a Eldorado Gold realizou o primeiro embarque de minério de ferro extraído da mina Vila Nova. Foram 45 mil toneladas de minério embarcados para a China, onde o produto será vendido no mercado à vista. O minério tem teor de pureza de 63%, e o embarque faz parte de um projeto piloto. No futuro, a Eldorado pretende despachar 90 mil t/mês de minério de ferro de Vila Nova. O depósito tem reservas provadas e prováveis superiores a 9 milhões de

minério a um teor médio de 61%. (BRASIL MINERAL, 2010).

Cabe mencionar que o triângulo formado por Porto Grande, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari é a região com maior concentração de torianita, minério que tem em sua composição urânio. Cada quilo do minério chega a ter 80 gramas de urânio e 750 de tório, igualmente radioativo e também prejudicial à saúde. A extração, o transporte e o armazenamento são feitos clandestinamente, pois a exploração de minério radioativo é monopólio da União (RANGEL, 2006).



Paisagem típica da região

Por ser mais próximo da capital, Macapá, com o qual tem ligação por rodovia asfaltada, o município de Porto Grande funciona como uma espécie de entreposto do tráfico. É para lá que é levada boa parte da produção que sai dos garimpos. A rota a seguir é variada. O minério segue de carro para Macapá ou do garimpo é levado de barco até o Oiapoque, na ponta norte do estado. Depois, vai para a Guiana Francesa, de onde é despachado para outros países (RANGEL, 2006).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O rio Vila Nova faz a divisa entre os municípios de Porto Grande e Mazagão. O município de Manzagão possui uma mina de ouro denominada Vicente e mais cinco ocorrências do minério. O município de Porto Grande possui duas ocorrências de minério de ouro presentes na bacia do rio Vila Nova, ao longo do seu canal principal que deságua no rio Amazonas. Está compreendida entre as latitudes 0°16'31"N – 0°57'3"N e longitudes 51°40'39"W – 52°3'11"W.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA BRASIL. Justiça Federal dá 15 dias para que mineradora e... In: Amazônia Brasil, 26 nov. 2005. Disponível em: http://amapabusca.com.br/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=1226&Itemid=60. Acesso em: 14 dez. 2010.

BRASILIENSE, Ronaldo. Garimpo é bomba-relógio no Amapá. In: Acorda Amapá, 23 out. 2005. Disponível em: http://acordaamapa.blogspot.com/2007/04/garimpo-bomba-relgio-no-amap.html. Acesso em: 13 dez. 2010.

BRASIL MINERAL. Minério de Ferro: Eldorado Gold implantará projeto no Amapá. In: Brasil Mineral OnLine n°348, 16 abr. 2008. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?numero=348. Acesso em: 14 dez. 2010.

_____. Minério de Ferro: Eldorado embarca 45 mil t para a China. In: Brasil Mineral Online, n°477, 11 nov. 2010. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=5226&busca=&numero=477. Acesso em: 14 dez. 2010.

DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral. DNPM age no garimpo de Vila Nova no Amapá, 24 out. 2005. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=99&IDPagina=72&IDNoticiaNoticia=175. Acesso em: 13 dez. 2010.

DOMINGUES, Elisa (coordenadora). Uso da Terra no Estado do Amapá. In: Relatório Técnico do Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, nov. 2004. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/usodaterra/usoterra_AP.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porto Grande (AP). In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em: 13 dez. 2010.

MUNIZ, Denise. Garimpeiros e mineradora acordam para exploração de minério no Amapá. In: Amazônia.org.br, 21 mai. 2008. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=271203. Acesso em: 14 dez. 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; BRITO, Daguinete Maria Chaves. A formação territorial e gestão ambiental no estado do Amapá. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de mar. 2005, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/32.pdf. Acesso em: 14 dez. 2010.

RANGEL, Rodrigo. O contrabando do urânio brasileiro. 17 mai. 2006. In: Rev. IstoÉ, Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/uranio_brasileiro.htm. Acesso em: 13 dez. 2010.

RODRIGUES, Edgar. Município de Porto Grande. In: Governo do Estado do Amapá. 2010.

Disponível em: http://www4.ap.gov.br/Portal_Gea/municipios/municipio-portogrande.htm. Acesso em: 14 dez. 2010.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. A história e os efeitos sociais da mineração no estado do Amapá, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, nº 2, dez. 2009 Disponível em: http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/32/55. Acesso em: 13 dez. 2010.

SPIER, Carlos Alberto; FERREIRA FILHO, César Fonseca. Geologia, estratigrafia e depósitos minerais do projeto Vila Nova, Escudo das Guianas, Amapá, Brasil. In: Revista Brasileira de Geociências, 173-178, jun 1999. Disponível em: http://sbgeo.org.br/pub_sbg/rbg/vol29_down/2902/2902173.pdf. Acesso em: 13 dez. 2010.

TORRINHA, Mário Nunes. Desordenamento territorial e conflitos rurais no estado do Amapá nas décadas de 1980 e 1990. In: Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 2, n. 3, jul/dez. 2006. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/revista/edicao_03/Desordenamento_territ.pdf. Acesso em: 13 dez. 2010.